

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DE MOGADOURO

1º FASE – Definição de critérios de avaliação



agosto de 2018





1 - Introdução

O relatório sobre o estado do ordenamento do território (REOT), traduz o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial no Município de Mogadouro, nomeadamente do Plano Diretor Municipal (PDM) e dos Planos de Pormenor (PP) em vigor, tendo em consideração os objetivos definidos no modelo de ordenamento preconizado pelo PDM de Mogadouro (PDMM). Complementarmente, analisa as dinâmicas do território e os fatores que estão na sua origem, identificando o desenvolvimento atingido, as ações de planeamento preconizadas e não concretizadas e a emergência de novas questões territoriais, constituindo assim, o quadro de referência que fundamentará o processo de revisão do PDMM, de acordo com estipulado no artigo 77º do RJIGT.

Tal como refere Prada¹ (2008:47), *“A elaboração dos REOT deve evidenciar os aspetos que possam justificar o aperfeiçoamento dos planos e seus mecanismos e refletir as funções essenciais do plano tendo em conta a sua inserção no processo de planeamento: função mais estratégica e indicativa, função mais normativa e de controlo das iniciativas dos atores, e função de integração e de coordenação”*.

Deste modo, o REOT de Mogadouro, tendo em conta a especificidade do território municipal, apresentará a seguinte estrutura:

1. Introdução – contextualiza os objetivos do REOT;
2. Dinâmica do território – analisa diversas temáticas, destacando-se, os económicos, sociais, ambientais, mobilidade, entre outros temas que acompanhem a transformação do território. Esta análise é efetuada com

¹ PRADA, Olga (2008) *“Relatórios de Estado do Ordenamento do Território: Orientações Metodológicas para a sua elaboração”*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Urbanística e Gestão do Território. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

recurso a um sistema de indicadores que permitem a realização da leitura das transformações ocorridas;

3. Avaliação do enquadramento estratégico e de planeamento – concretização do enquadramento dos instrumentos de ordenamento municipais, onde se avalia o grau de implementação e adequação dos instrumentos de gestão territorial. São ainda analisados o grau de concretização das estratégias e dos objetivos atingidos para o território em estudo;
4. Considerações finais – Síntese da avaliação e dos seus resultados e identificação de novas metas e medidas a implementar no âmbito da revisão do PDM e as melhorias necessárias ao processo.

- **Proposta de índice para o REOT de Mogadouro**

Para a realização do REOT de Mogadouro, propõe-se um índice que organizará e estruturará os conteúdos da seguinte forma:

- 1 - Introdução
- 2 - Definição de Indicadores
- 3 - Dinâmica Territorial
 - 3.1 - Demografia
 - 3.2 - Parque Habitacional
 - 3.3 - Sistema Urbano
 - 3.4 - Urbanização do Território
 - 3.4.1 - Equipamentos de Utilização Coletiva
 - 3.4.2 - Infraestruturas
 - 3.4.2.1 - Rede Viária
 - 3.4.2.2 - Redes de Drenagem e Abastecimento de Água
 - 3.5 - Conclusões
- 4 - Transformações Ambientais e Socioeconómicas
 - 4.1 - Recursos e Valores Naturais e Florestas
 - 4.2 - Emprego e Atividades Económicas
 - 4.3 - Serviços da Autarquia de Apoio ao Desenvolvimento
 - 4.4 - Conclusões

- 5 - Avaliação do Enquadramento Estratégico e do Planeamento Territorial
 - 5.1 - Monitorização do PDM de Mogadouro
 - 5.1.1 - Conteúdo Documental do PDM
 - 5.1.2 - Avaliação dos Objetivos Estratégicos
 - 5.1.3 - Avaliação das Ações e Projetos Definidos no Programa de Execução do PDM
 - 5.1.4 - Evolução das Licenças de Obras
 - 5.1.5 - Alterações ao Plano
 - 5.1.6 - Erros Materiais
 - 5.1.7 - Conclusões
 - 5.2 - Reserva Ecológica Nacional
 - 5.3 - Reserva Agrícola Nacional
 - 5.4 - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão
 - 5.5 - Avaliação da Execução
 - 5.5.1 - Dinâmica Urbana nas UOPG
 - 5.5.2 - Alterações aos Planos de Pormenor
- 6 - Articulação entre Programas, Planos Territoriais e Estratégias Municipais
- 7 - Coordenação Interna e Externa
 - 7.1 - Coordenação Interna
 - 7.2 - Coordenação Externa
- 8 - Considerações Finais
- 9 - Bibliografia

Assim, no presente caso, os referidos instrumentos serão objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação entre o âmbito dos diferentes Instrumentos de Gestão do Território (IGT), fundamentando também, a necessidade de revisão do PDMM. Efetivamente, de acordo com o disposto no n.º 1 do Artigo 124.º do RJIGT, a revisão do PDM decorre da necessidade de adequação das opções estratégicas que determinaram a sua elaboração, tendo em conta o relatório sobre o estado do ordenamento do território.

2 – Definição de Indicadores

O presente relatório (REOT) tendo como objetivo a avaliação do estado do ordenamento do território no município de Mogadouro, tem por base, na sua análise, um conjunto de indicadores relativos à dinâmica demográfica e urbana, às transformações verificadas ao nível ambiental, socioeconómico e institucional, e ainda ao nível da programação do solo e da implementação dos instrumentos de gestão territorial definidos no Plano Diretor Municipal de Mogadouro. Como fontes de informação, irá recorrer-se a dados disponibilizados pelo INE, pelas diversas entidades das tutelas, mas também a dados existentes nos diferentes departamentos e serviços municipais, alguns deles em bruto, outros já publicados em relatórios temáticos e que irão orientar a monitorização das dinâmicas deste território.

3 – Dinâmica Territorial

3.1 – Demografia

Nesta área proceder-se-á a uma análise da componente “Demografia” tendo em conta os seguintes indicadores:

- População residente no concelho, em 2001 e 2011;
- Variação populacional no concelho, entre 1991/2001 e 2001/2011;
- Variação populacional nas freguesias, entre 2001/2011;
- Estrutura etária da população residente, em 2001 e 2011;
- Variação da estrutura etária da população residente, entre 2001 e 2011;
- Índice sintético de fecundidade no concelho, em 2011;
- Índice de envelhecimento no concelho, em 2001 e 2011;
- Índice de envelhecimento nas freguesias, em 2011;
- Taxa bruta de natalidade no concelho, em 2001, 2011 e 2016;
- Taxa bruta de mortalidade no concelho, em 2001, 2011 e 2016;
- Saldo natural no concelho, em 2001, 2011 e 2016;
- Saldo migratório no concelho. em 2001, 2011 e 2016;
- Variação do número de famílias no concelho, entre 2011 e 2011;
- Dimensão média de pessoas por família, em 2011.

3.2 - Parque Habitacional

Será analisada a dinâmica do Parque Habitacional, tendo como ponto de partida os seguintes indicadores:

- Número de alojamentos familiares no concelho, em 2001 e 2011;
- Variação de alojamentos familiares no concelho, em 2001 e 2011;
- Variação de alojamentos familiares nas freguesias, entre 2001 e 2011;

- Tipo de alojamentos familiares no concelho, em 2011;
- Alojamentos familiares vagos (concelho) por época de construção;
- Densidade de alojamentos no concelho, em 2011.

- Número de edifícios no concelho, em 2001 e 2011;
- Variação do número de edifícios no concelho, entre 2001 e 2011;
- Variação do número de edifícios nas freguesias, entre 2001 e 2011;
- Idade média dos edifícios por freguesia, em 2011;
- Edifícios concelhios segundo a época de construção.

3.3 – Sistema Urbano

A análise ao sistema urbano e povoamento concelhio tendo em conta a terá em consideração os seguinte aspectos:

- Integração do concelho no sistema urbano da região norte;
- Definição da hierarquia do sistema urbano concelhio.

3.4 – Urbanização do Território

3.4.1 – Equipamentos de Utilização Coletiva

Compreenderá a análise da Rede de Equipamentos de Utilização Coletiva, nomeadamente:

- Rede de equipamentos de ensino;
- Rede de equipamentos desportivos;
- Rede de equipamentos sociais;
- Rede de equipamentos de saúde;

- Rede de equipamentos culturais;
- Rede de equipamentos de utilização coletiva.

3.4.2 - Infraestruturas

3.4.2.1 - Rede Viária

Far-se-á uma análise à hierarquia da rede viária do concelho, considerando os diferentes níveis de serviço existentes.

3.4.2.2 - Redes de Drenagem e Abastecimento de Água

Análise às infraestruturas de drenagem e abastecimento de água, tendo em conta os seguintes indicadores:

- Rede de Drenagem;
- Rede de Abastecimento de Água;
- Taxa de cobertura da rede de abastecimento de água;
- Taxa de cobertura da rede de drenagem de águas residuais.

4 - Transformações Ambientais e Socioeconómicas

4.1 - Recursos e Valores Naturais e Florestas

Proceder-se-á à análise dos recursos e valores naturais, presentes no concelho bem como a dinâmica florestal, recorrendo para tal aos seguintes indicadores:

- Extensão e descrição das áreas protegidas no concelho;
- Extensão da área afeta à Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica - Nacional;
- Extensão e descrição das Zonas de Intervenção florestal – ZIF.

4.2 - Emprego e Atividades Económicas

Estudo sintético das dinâmicas do emprego concelho e das atividades económicas de acordo com os valores obtidos com recurso aos seguintes indicadores:

- Taxa de atividade no concelho, em 2001 e 2011;
- Taxa de desemprego no concelho, em 2001 e 2011;
- População residente no concelho empregada por setor de atividade, em 2011;
- População residente nas freguesias empregada por setor de atividade, em 2011;
- Número de empresas sediadas em Mogadouro por CAE-REV.3;
- Peso das empresas sediadas em Mogadouro por setor de atividade.

4.3 - Serviços da Autarquia de Apoio ao Desenvolvimento

Descrição dos serviços prestados pela autarquia, nomeadamente:

- Tipologia dos serviços de apoio aos cidadãos e às empresas no concelho.

5 - Avaliação do Enquadramento Estratégico e do Planeamento Territorial

A avaliação deste ponto será efetuada tendo em conta:

- Tempo de vigência do PDM de Mogadouro;
- Descrição dos planos territoriais, e instrumentos de gestão territorial, definidos no RJIGT, em vigor no território Mogadouro;
- Descrição da estratégia municipal de regeneração urbana (PARU), nomeadamente, âmbito e abrangência territorial das ARU's, população abrangida e tipo de ORU e modelo de execução.

5.1 - Monitorização do Plano Diretor Municipal de Mogadouro

O Plano Diretor Municipal de Mogadouro teve a sua primeira publicação através da Resolução do Conselho de Ministros nº 96/95, de 6/10/1995, publicado no Diário da República nº 231 IS – B, a primeira alteração publicada através do Aviso nº 17970/2009, de 13/10, no Diário da República nº 198, II série e a primeira retificação publicada através da Declaração Rectificação nº 230/2010, de 5/02, no Diário da República nº 25, II série.

5.1.1 - Conteúdo Documental do PDM

Descrição do conteúdo documental do PDM, de acordo com o referido no respetivo regulamento.

5.1.2 - Avaliação dos Objetivos Estratégicos

Análise e avaliação dos objetivos estratégicos do PDM em vigor, tendo por base:

- Relatório desse Plano e a execução ou promoção das atividades, ações ou projetos desenvolvidos pela autarquia ao longo do seu período de vigência.

Para o efeito, irá ser feita uma breve descrição desses objetivos e, posteriormente, uma sistematização das medidas concretas realizadas pela Autarquia no sentido da sua concretização.

5.1.3 - Avaliação das Ações e Projetos Definidos no Programa de Execução do PDM

Análise e avaliação das ações e/ou projetos desenvolvidos pela autarquia ao longo do período de vigência do PDM.

5.1.4 - Evolução das Licenças de Obras

Para a análise deste ponto, serão tidos em consideração os indicadores seguintes:

- Número de licenciamentos de edifícios (INE), entre 1996 e 2016;
- Peso das ampliações, alterações e reconstruções no total dos licenciamentos;
- Número de solicitações de licenças para operações de loteamento;
- Número de pedidos de legalização de edificações.

5.1.5 - Alterações ao Plano

Este ponto prevê o estudo das alterações ao Plano, suas retificações, alterações, correções, etc., nomeadamente ao regulamento, plantas que o constituem, etc. Considerando assim, a publicação inicial e as alterações entretanto realizadas decorrentes da gestão urbanística. A primeira alteração foi publicada através do Aviso nº 17970/2009, de 13/10, no Diário da República nº 198, II série, e a primeira retificação publicada através da Declaração Rectificação nº 230/2010, de 5/02, no Diário da República nº 25, II série.

5.1.6 - Erros Materiais

A anterior geração dos PDM, apresenta um conjunto significativo de erros de localização (património por exemplo), discrepâncias entre elementos constituintes, entre outros, pelo que se propõe uma análise aos erros materiais que têm sido detetados e/ou corrigidos no âmbito das correções e alterações efetuadas ao Plano.

5.2 - Reserva Ecológica Nacional

Propõe-se uma breve análise à Reserva Ecológica Nacional de Mogadouro aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/96, no Diário da República n.º 243/1996, Série I-B de 1996-10-19.

5.3 - Reserva Agrícola Nacional

Propõe-se uma breve análise à Reserva Agrícola de Mogadouro, publicada pela Portaria nº 29/93, no Diário da República n.º 6/1993, Série I-B de 1993-01-08 e dos pedidos de inutilização de solo agrícola integrado na RAN.

5.4 - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

O Plano Diretor Municipal em vigor estabelece um conjunto de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) distribuídas pelo território municipal, tendo como objetivos quer a programação de núcleos habitacionais com relevância no sistema urbano municipal quer a programação de áreas destinadas às atividades económicas. Dessas, importa saber quais as que se concretizaram e qual o tipo de IGT a que se recorreu para sua execução.

5.5 - Avaliação da Execução

Neste ponto do REOT, propõe-se uma avaliação da execução do PDM, tendo em conta uma análise da:

- Taxa de execução das UOPG's previstas.

5.5.1 - Dinâmica Urbana nas UOPG

A análise da dinâmica urbana das UOPG's tem por base o programa de execução e as ações concretizadas, incidindo sobre os seguintes aspetos:

- Dotação de equipamentos de utilização coletiva;
- Intervenções efetuadas em Espaços Públicos, que inclui quer Espaços Verdes quer Espaços Urbanos de Utilização Coletiva;
- Licenças emitidas relativas a operações de loteamento e às obras de construção, entre os anos de 2005-2016;
- Execução de SubUnidades Operativas de Planeamento e Gestão (SUOPG).

5.5.2 - Alterações aos Planos de Pormenor

As alterações aos Planos de Pormenor em vigor serão sistematizadas neste ponto.

6 - Articulação entre Programas, Planos Territoriais e Estratégias Municipais

Para esta análise, recorre-se à identificação dos instrumentos de gestão territorial em vigor no território de Mogadouro, nomeadamente o Plano Nacional da Água (PNA), o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Rodoviário Nacional (PRN), o Plano sectorial da Rede Natura 2000 (PRN 2000), o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (RH3), o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROF TMAD) e o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Douro Internacional.

7 - Coordenação Interna e Externa

7.1 - Coordenação Interna

Procede-se neste ponto a uma análise sucinta à gestão urbanística do PDM, nomeadamente, os diversos procedimentos e rotina internas entre as diferentes divisões e/ou secções, nomeadamente, urbanismo e obras públicas.

7.2 - Coordenação Externa

Aqui importa analisar a cooperação externa no âmbito da elaboração e alteração dos IGT em vigor no município, nomeadamente com as diversas entidades da administração central e regional, e ainda com os municípios vizinhos.

8 - Considerações Finais

O Relatório de Estado do Ordenamento do Território constitui um documento técnico no qual a autarquia monitoriza o estado do ordenamento do território municipal, nomeadamente através do recurso a indicadores diversos e ao nível de execução dos instrumentos de gestão territorial, assim como das diversas estratégias municipais, nas quais se incluem as que dizem respeito à regeneração urbana. Desta análise resultam um conjunto de considerações finais resultantes da análise das dinâmicas quer do território de Mogadouro que são determinantes para a realização da revisão do plano diretor municipal de Mogadouro.

9 - Bibliografia

Listagem de um conjunto de referências bibliográficas para a realização do REOT proposto.

Ficha Técnica	REOT Relatório sobre o estado do Ordenamento do território de Mogadouro – Fase 1
Conteúdo	Definição de Critérios de avaliação e construção de uma matriz de indicadores.
Data de produção	julho de 2018
Data da última versão	-
Elaboração	Vastus, Gabinete de Projeto, Planeamento e Ambiente, Ld. ^a
Coordenador do Projeto	Isabel Maria Matias – Doutorada em Morfologia Urbana Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental Arquitecta
Equipa Técnica	Pascal de Moura Pereira – Geógrafo Adriano Manuel Borges - Arquitecto
Consultores	Maria José Fontelo Carranca – Jurista
Estado do documento	-
Código do Projeto	V0016/018
Nome do ficheiro digital	REOT_MOG_Matriz